

LEIS

LEI MUNICIPAL Nº 87/2017, DE 28 DE JUNHO DE 2017

“Fica autorizado o Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, através do Chefe do Executivo Municipal, a constituir parcelamento de débito, em que seja credor o Ente Público Municipal e/ou sua Autarquia SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, cujos valores estejam inscritos em dívida ativa ou não, até a data de 31 de dezembro de 2016, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e, dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS, Estado da Bahia, Sr. **CARLOS AUGUSTO RIBEIRO PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Oliveira dos Brejinhos aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, através do Chefe do Executivo Municipal, a constituir parcelamento de débito, em que seja credor o Ente Público Municipal e/ou sua Autarquia SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, cujos valores estejam inscritos em dívida ativa ou não, até a data de 31 de dezembro de 2016, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

§ 1º. Fica ainda o Município de Oliveira dos Brejinhos autorizado, a título de solver as pendências creditícias inscritas em favor deste Ente e/ou da Autarquia SAAE; a suprimir quando do parcelamento dos débitos, dentro da vigência desta Lei, a cobrança de multas e juros que acrescerem ao valor principal da dívida, e da correção monetária.

§ 2º. (VETADO)

§ 3º. (VETADO)

§ 4º. O programa somente abrange as tarifas, tributos, impostos municipais, independente de estarem inscritos em dívida ativa ou não, até a data mencionada no *caput* deste Artigo, quer estejam sendo cobrados administrativamente ou judicialmente através de execução fiscal.

§ 5º. Não poderão ser beneficiários do programa instituído pela presente lei, ressarcimento de débitos e multas provenientes de determinações administrativas estabelecidas por Cortes de Julgamento de Contas, quer seja através de Pareceres Prévios em Exercícios Financeiros ou por Decisões em Termos de Ocorrências.

Art. 2º. Os devedores do Poder Público Municipal, que estejam incluídos em acordo a tipificação instituída no Artigo 1º e Parágrafos desta Lei, que tenham promovido de forma expressa o pleito de parcelamento perante a Secretaria Municipal de Administração ou perante a Autarquia Municipal, inscritos em dívida ativa ou não, até a data de 31 de dezembro de 2016, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da presente lei, será concedido o benefício com a supressão total dos encargos relativos à multa, os juros de mora e correção monetária quando pagos em uma única parcela, como também, em casos de parcelamento do débito, em consonância com o disposto no §1º do art. 2º desta Lei.

§ 1º. A dispensa integral dos encargos pertinentes a multa, os juros de mora e correção monetária referidos no caput deste artigo, por meio de parcelamento, poderá ser efetuado o pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas.

§ 2º. Os contribuintes interessados em usufruir do benefício da anistia e remissão, citados no parágrafo anterior, tanto para pagamento à vista ou parcelado do débito, deverão comparecer ao prédio da Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos, para através da Secretaria de Administração ou em caso de débito para com o SAAE, perante àquela repartição, até o prazo de cento e oitenta dias contados da vigência da lei, em horário de funcionamento do Ente Público, para promover requerimento de regularização do débito.

§ 3º. Os contribuintes interessados em usufruir dos benefícios citados no parágrafo anterior, tanto para pagamento à vista ou parcelado do débito, quando em favor da Autarquia Municipal, deverão comparecer ao prédio do SAAE, para através do Setor Competente, até o prazo de cento e oitenta dias contados da vigência da lei, em horário de funcionamento do Ente Público, para promover requerimento de regularização do débito.

§ 4º. O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a:

- I. R\$ 20,00 (vinte reais) para pessoa física;
- II. R\$ 100,00 (cem reais) para pessoas jurídicas de direito público ou privado.

§ 5º. O inadimplemento de 06 (seis) parcelas consecutivas do ajustamento para pagamento parcelado importará na perda do benefício instituído por esta Lei, prosseguindo-se a cobrança pelo débito tarifário original, abatidos os valores pagos até a data do cancelamento; e deverá ser:

- a) inscrita em Dívida Ativa e iniciada a cobrança amigável;
- b) cobrada judicialmente, se o crédito tributário já estiver inscrito em dívida ativa;
- c) dado prosseguimento na execução fiscal, na hipótese de se encontrar ajuizado.

Art. 3º. A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento acordado, ensejará o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária aplicada pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Art. 4º. O deferimento do pedido de parcelamento fica condicionado ao pagamento da primeira parcela no ato da formalização do acordo, vencendo as demais prestações do parcelamento em até 30 (trinta) dias subseqüentes.

Art. 5º. Os contribuintes que tiverem débitos parcelados ou reparcelados poderão usufruir dos benefícios desta lei, em relação ao saldo remanescente, mediante pagamento a vista ou novo parcelamento.

Art. 6º. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de até cento e oitenta dias, iniciando a contagem da data da sua publicação, podendo ser prorrogada através de Decreto Municipal, em todos os seus termos, por período consecutivo, no exercício financeiro de 2017.

Art. 8º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de junho de 2017.

CARLOS AUGUSTO RIBEIRO PORTELA
Prefeito Municipal